

4

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

REALIZADO A 21 DE JANEIRO DE 2016

ATA N.º 1

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, pelas dez horas e quarenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha, em reunião ordinária. -----

Nesta reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros: -----

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro - Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória;-----

José Gabriel do Álamo Meneses – Vice-Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo;-----

Sandro Rebelo Paim – 1º Secretário da Mesa, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo;-----

José António Sozinho Azevedo – 2º Secretário da Mesa, representante das associações agrícolas - AAIT;-----

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo;-----

Paulo Manuel da Silva Codorniz, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória;-----

António Toledo Alves, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

Péricles Pereira Ortins, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

João Luís Sanchez dos Santos, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

Rui Fernando Nobre de Castro, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

Norberto Francisco Ávila Messias, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade, representante da A.M. da Praia da Vitória; -----

João Carlos Castro Tavares, Presidente da JF, eleito de entre todos os PJF da Ilha;-----

Carlos Armando Costa, Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;-----

Luís Alberto Garcia Castro Pereira Costa, Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;-----

h

Arlindo Paulo de Freitas Teles, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo;-----

Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Meneses, representante das Associações Agrícolas - FRUTER;-----

José Manuel Ferreira Pimentel Dias, representante dos Sindicatos – UGT;-----

António Pedro Inocêncio, representante dos sindicatos – CGTP – União Sindicatos AH;-

Paulo José Mendes Barcelos, representante das Associações Não Governamentais Ligadas à Área do Ambiente.-----

Presença dos seguintes deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:-----

António Toste Parreira, deputado do PS;-----

Nuno Miguel Aguiar Meneses, deputado do PS;-----

Luís Miguel Forjaz Rendeiro, deputado do PSD;-----

Maria da Graça Silveira, deputada do CDS-PP.-----

Ausências justificadas:-----

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, representante da A.M. de Angra do Heroísmo; -----

Ana Rita Meneses Branco, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

Berto Messias, deputado do PS;-----

Cláudia Alexandra Cardoso Meneses da Costa, deputada do PS;-----

Domingos Manuel Oliveira da Cunha, deputado do PS;-----

Paulo Jorge Silva Ribeiro, deputado do PSD;-----

Maria Judite Gomes Parreira, deputada do PSD.-----

Ausências não justificadas:-----

Miguel Sousa, representante do Governo Regional;-----

Raquel Gomes Caetano Ferreira, representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género;-----

Artur da Câmara Machado, representante da Universidade dos Açores – Campus de Angra do Heroísmo;-----

Francisco Coelho, deputado do PS;-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.OS PLANOS INTEGRADOS DE GESTÃO URBANA SUSTENTÁVEL DOS PERÍMETROS URBANOS DE ANGRA DO HEROÍSMO E PRAIA DA VITÓRIA.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, fez uma explanação do ponto. -----

O Conselheiro Álamo Meneses usou da palavra e disse que, no caso do Município de Angra, estava-se a dar cumprimento ao estabelecido nos requisitos para acesso aos fundos comunitários. Informou que o documento em causa tinha sido elaborado, tinha passado pela Câmara Municipal e colocado em discussão pública, sendo que a intenção era levá-lo à próxima sessão da Assembleia Municipal para aprovação e, depois, para remissão ao Governo Regional, que era a quem cabia a sua aprovação, ou não. Acrescentou que aquele era um processo que ainda tinha um conjunto de passos que não tinham sido dados e que estavam, apenas, no segundo de um conjunto de passos. Do ponto de vista do documento que estava em discussão pública e que estava disponível para todos que o quisessem ler, disse que as linhas orientadoras eram basicamente duas, ou seja, a recuperação de alguns edifícios de grande valor histórico e arquitetónico da zona urbana, que se encontravam danificados desde o tempo do sismo, como era o caso das Igrejas do Livramento e das Concecionistas, a casa da Rua do Marquês e o fim da reconstrução da Fanfarra Operária e toda a parte que tinha que ver com a reestruturação do centro histórico, nomeadamente a ver com as calçadas, com os pavimentos e com o estacionamento, ou seja, questões relacionadas com a funcionalidade e o funcionamento do centro de Angra, na parte voltada para o comércio. Referiu que nos objetivos apontados como sendo "G", nessa segunda linha do acesso ao mar, como sabiam, em Angra todo o litoral da zona da baía de Angra estava sobe a gestão da Portes dos Açores, pelo que não era responsabilidade municipal a sua gestão. Informou que tinham optado por ir resolver um problema que também tinha uma grande importância ali, ou seja, a questão do Fanal. Informou que estavam, naquele momento, à espera da marcação da escritura para adquirir aquele terreno, aquelas casas que lá estavam, de forma a se fazer a sua demolição e retirada, pelo que se tinha colocado aquela obra. Informou, ainda, que voltado para a melhoria

h

da qualidade de vida, havia a criação de uma ligação pedonal entre o Fanal e as Areias Brancas. Acrescentou que as ações eram de pequena monta, mas que as grandes linhas eram aquelas, recuperação do património histórico que se encontrava em ruínas e a melhoria da qualidade de circulação, de estacionamento e de acolhimento da zona central da cidade, sendo que as outras questões eram relativamente pequenas e relativamente acessórias em relação àqueles dois objetivos. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e disse que relativamente à Praia da Vitória, o documento já havia estado no período de discussão pública, ia à próxima reunião de câmara e também seria aprovado na Assembleia Municipal de fevereiro, com o objetivo de ser tramitado. Mencionou que, tal como o Conselheiro Álamo tinha referido antes, e por isso viam alguma celeridade que as câmaras estavam a dar ao documento em causa, exatamente porque depois de terminada a etapa das câmaras, o mesmo era remetido para o Governo Regional, em particular para a Direção Regional que geria os fundos estruturais e havia um prazo médio de noventa dias até à sua aprovação, significando isso que só após esse prazo é que os municípios podiam formular as candidaturas ao programa operacional, o que empurrava grande parte do processo para meados do ano, daí a celeridade que tinha que ser dada. Quanto à Praia da Vitória e ao Plano, disse que este assentava em vários eixos, um deles ao nível da mobilidade e arruamentos, outro ao nível da recuperação de edificado e outro ao nível da ligação e dinâmica. No património histórico, disse que a ação seria o edifício dos Paços do Concelho, a Casa Museu Vitorino Nemésio, a Casa das Tias, a Casa José Silvestre Ribeiro, a Casa da Roda e a Muralha da Cidade. Na vertente turística do património natural do mar, haveria um enfoque na dinamização de infraestruturas náuticas e de recreio junto à Prainha. Na vertente económica, haveria um enfoque no edifício, na Praça Francisco Ornelas da Câmara, conhecido pela Casa do Dr. Eugénio que seria orientado para uma incubadora de empresas e serviços de apoio aos empresários e comerciantes. Na mobilidade iam ter um projeto muito importante, ou seja, na Rua Comendador José Barcelos, junto aos Bombeiros, seria criada uma zona paralela de camionagem, fora do eixo da via e seria feito um arranjo completo entre a Praceta Dr. Teotónio Machado Pires, ao lado da Residencial Terezinha, e todo aquele espaço, ou seja, a requalificação de toda aquela zona. Acrescentou que, basicamente eram aquelas as prioridades de intervenção, sendo que

estava detalhado o que era para ser feito em cada um das ruas. Acrescentou que havia ali uma componente de cofinanciamento que, por acaso, o Conselheiro Álamo não tinha referido, mas que uma das vantagens que o Plano tinha era que não se iam candidatar só a betão, havia um conjunto de projetos a realizar, que naquele momento, saiam dos orçamentos municipais porque não havia cofinanciamento para nada que não fosse betão. Disse que, naquele momento, um dos desafios que estava à volta daqueles planos também era, efetivamente, conceber projetos a dois, três, quatro anos, quer para revitalizar o comércio, quer para dar corpo a todas as estratégias que estavam em volta dos Planos Integrados. Concluiu dizendo que, perante aquelas notas introdutórias e apresentações, dava a palavra aos conselheiros para algumas abordagens que entendessem por importante, sendo certo que o principal objetivo daquele ponto era, efetivamente, chamar a atenção ao Conselho de Ilha, incentivar a participação, quer dos eleitos políticos, quer dos representantes até mesmo como cidadãos da sociedade civil porque o que ficava fechado naqueles planos ia comprometer as intervenções urbanas até dois mil e vinte. Disse, ainda, que o que também havia de importante era que grande parte dos conselheiros tinha assento nas assembleias municipais, pelo que iam ter oportunidade, numa segunda fase, de intervir, os que não tinham era fundamental que o fizessem nos períodos de discussão pública.-----

O Conselheiro Pimentel Dias usou da palavra e questionou se estava estimado, relativamente aos Planos Integrados de Gestão Urbana Sustentável em causa, qual era o valor financeiro das ações de cada um dos municípios. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, respondeu que, relativamente ao valor da Praia da Vitória, havia um valor de referência que nunca era um valor definitivo, porque havia algumas ações perfeitamente possíveis de quantificar naquela fase, as outras ainda não porque ou necessitavam da elaboração dos projetos e posteriormente os concursos públicos, que iam terminar mas, pelo menos, uma primeira fase, concessão dos projetos que é que ia dar as estimativas de investimentos, nomeadamente ao nível da recuperação do edificado. No caso concreto da Praia da Vitória, como todas as ações já tinham sido inscritas no Plano e Orçamento de dois mil e dezasseis e anos seguintes, era perfeitamente possível, agarrando nas Grandes Opções do Plano, verificar para cada uma delas qual era o valor. -----

O **Conselheiro Álamo Meneses** respondeu que, no caso de Angra, a situação era relativamente semelhante, com uma diferença, ou seja, nalguns casos estavam a falar de obras cujo projeto nem existia, pelo que os valores tinham que ser uma estimativa razoável, mas sujeita a grandes acertos futuros, de qualquer forma, aqueles documentos tentavam estabelecer uma estratégia e não eram propriamente documentos de execução nem um plano para se executar, porque, obviamente, carecia, depois, de haver candidaturas individuais, pelo que era apenas o enquadramento. Acrescentou que, no caso de Angra, nem se quer seria possível, naquele Quadro Comunitário, fazer metade daquilo porque o investimento em cada um dos Municípios estava limitado por um teto contratualmente estabelecido pelo Governo Regional, pelo que, no caso de Angra, o valor das obras que ali estavam excediam muito o referido teto. Referiu que estavam a falar em algo que se prolongaria, do ponto de vista do investimento, para um futuro de médio prazo que não estava coberto por aquele enquadramento financeiro. Informou que o que se tinha feito era colocar as obras, que se consideravam necessárias para melhorar a qualidade do construído urbano, sem estar a olhar para a questão financeira, porque depois teria que ser feita uma candidatura, caso a caso, e também partindo logo do princípio que o plafom disponível para cada um dos Municípios era claramente inferior àquilo que eram os investimentos previstos, ou seja, depois quem tivesse que gerir aquele processo, em devido tempo, em termos de revisão que teria que acontecer necessariamente em dois mil e vinte, teria que ver o que tinha sido feito e o que não tinha e prolongá-lo no futuro. Concluiu dizendo que, no caso de Angra, o investimento total estimado eram quarenta milhões, para um investimento máximo possível na casa dos doze milhões, pelo que estavam a falar de valores que não eram compagináveis um com o outro.-----

O **Deputado Luís Rendeiro** usou da palavra e disse que gostaria de fazer uma pergunta muito simples. Disse que estava na agenda de trabalhos que o Conselho de Ilha se pronunciasse acerca dos dois documentos em causa e, mesmo sabendo que eles estavam para consulta pública, perguntava se não teria sido interessante os mesmos terem sido fornecidos aos conselheiros, de modo a que eles os pudessem ler, analisar e ter alguma coisa para debater ali porque se não, chupavam com uma palhinha aquilo que os presidentes de câmara lhes quisessem transmitir.-----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que aquela pergunta tinha uma resposta simples, ou seja, disse que não estava na agenda para o Conselho de Ilha se pronunciar, nem para dar qualquer parecer sobre os documentos. -----

O **Deputado Luís Rendeiro** interrompeu e acrescentou que também não referia qual era o objetivo. -----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que o objetivo era aquilo que estava a acontecer, ou seja, não havia qualquer obrigação formal de remeter aqueles documentos, exclusivamente, para os Conselhos de Ilha darem parecer. Informou que o que tinham pensado, aquando do agendamento, foi que provavelmente era uma matéria que estava a passar ao lado da maior parte das pessoas, sendo óbvio que quem participava nas Assembleias Municipais tinha vantagem, mas que o Conselho de Ilha não era meramente constituído por estes. Acrescentou que o mais importante tinha sido fazer aquela introdução, não era discutir se estava bem feito ou mal feito, porque nisso, obviamente, concordava com o deputado, que era agarrando no documento é que se podia ter uma opinião e um parecer. Disse que o alerta que era feito era no sentido de incentivar à participação e dar aquelas linhas mestras de enquadramento. Informou que tudo o que ali tinha sido dito constava dos documentos, ninguém estava a inventar nada, pelo que, basicamente era aplicar o que estava definido e havia um formulário próprio e, como tal, o âmbito do primeiro ponto não era propriamente o Conselho de Ilha, nem poderia ser, imitar nenhum parecer sobre os documentos, tanto mais, porque a legitimidade formal era igual à de qualquer cidadão. -----

O **Deputado Luís Rendeiro** questionou se era apenas uma informação ao Conselho de Ilha. --- -----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, respondeu que era uma informação e um apelo porque, como o Conselho de Ilha era composto quer por pessoas que representavam associações, quer por pessoas eleitas pelo povo, era um apelo no sentido de o próprio Conselho de Ilha incentivar à participação da sociedade civil, dos partidos políticos, de todos, tendo em conta o nível de responsabilidade que ali estava. Referiu que não valia a pena, nos períodos da discussão pública, ninguém dizer nada e depois de aprovados e estarem em implementação, nomeadamente teriam eleições autárquicas em dois mil e dezassete, e havia aquele documento que

h

seria claramente um documento condicionante de quem fosse concorrer às câmaras, pelo que o apelo e o alerta que a Mesa do Conselho de Ilha fazia, porque aquela era a hora certa de o fazer, têm de utilizar o período discussão pública e devem fazê-lo e incentivar que outros o fizessem. Concluiu dizendo que aquele era o objetivo. -----

O Deputado Luís Rendeiro interveio e solicitou autorização para colocar uma questão final. Disse que gostaria de saber se era possível a consulta dos documentos numa plataforma digital, *online*, para que, de facto, os pudesse analisar de forma mais objetiva, em vez de os apanhar pela rama. Acrescentou que era aquele tipo de análise que queria fazer e, porque não, debater no Conselho de Ilha, tendo em conta que era ali que se pronunciavam sobre a realidade da ilha. Disse que tinham dois documentos que seriam estruturantes para os dois concelhos e que deveriam funcionar de forma articulada, tanto quanto possível; condicionariam um conjunto de apostas estratégicas e financiamentos externos no futuro; amarrariam todos os atores políticos e sociais daquela terra, num futuro até dois mil e vinte. Concluiu dizendo que seria importante, de facto, que eles pudessem ser tão consultados, tao esmiuçados, tão debatidos quanto possível. -----

O Conselheiro Álamo Meneses usou da palavra e confessou que só tinha passado os olhos por cima do documento da Praia, que não o tinha visto com profundidade, mas que os dois documentos tinham orientações muito semelhantes, uma vez que seguiam um formulário, que também estava estabelecido e que obrigava que aqueles documentos tivessem, nos Açores inteiros, sensivelmente a mesma estrutura. Acrescentou que, exatamente porque condicionava para além do presente mandato, no caso de Angra, se havia optado por incluir um número muito alargado de obras, que as tornava potencialmente ilegíveis, o que queria dizer que quem viesse a governar o concelho tinha a possibilidade de escolher, porque o que estava no documento excedia em muito o horizonte financeiro e temporal do presente quadro comunitário. Disse haver uma ampla escolha, que se tinha feito para tentar evitar situações que fossem limitadoras das decisões de quem quer que fosse. -----

O Deputado Luís Rendeiro interveio e disse que tinha tido acesso a um *draft* do documento para o concelho de Angra, pelo que queria pedir algum cuidado quando se fizessem caracterizações, uma vez que havia um quadro, na página setenta e um, em que falavam dos investimentos previstos para Angra do Heroísmo e que a fonte era o

4

Orçamento da Região Autónoma dos Açores para dois mil e quinze, que já estava aprovada e que já existia o de dois mil e dezasseis, e onde estava um conjunto de obras e investimentos que não tinham sido feitos. Acrescentou que era aquela discussão interna, que já tinham tido no Conselho de Ilha, em que saltavam de orçamento em orçamento e que contavam com ele como sendo orçamento, verba e investimento na ilha e não só não era investimento na ilha porque não se havia feito, como estava ali outras obras, nomeadamente a renda da parceria pública ou privada do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, que ali eram mais de onze milhões de euros.-

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e disse que queria só fazer uma nota para poderem pressionar, a discussão ou conversa, no seu ponto certo. Informou que não estavam ali a aprovar orçamentos, que a componente dos orçamentos, que tinha os seus *timings* corretos nas câmaras municipais, ia materializar, de tudo aquilo que estava naqueles planos, quais eram as prioridades que o executivo que estava em funções, entendia que deviam ser feitas. Repetiu que não estavam a discutir orçamentos, mas sim um Plano e que o importante, efetivamente, era esse, ou seja, que ele tivesse a abrangência suficiente para não hipotecar interesses, nem prioridades, de quem viesse a seguir. Acrescentou que, por outro lado, havia uma nota que era preciso ter e que bastava ler todos os princípios inerentes ao programa operacional, ou seja, tinham-se habituado, quem estava nas câmaras e nas assembleias, a que as opções de investimento; todas as prioridades; a própria elaboração dos planos, fosse cingida aos eleitos, através dos partidos. Disse que nos quadros comunitários anteriores, havia pouca abertura e pouca imposição para a participação da sociedade civil naquelas prioridades, sendo que, naquele momento, uma das obrigações que o programa operacional impunha era que as associações não politizadas, portanto as associações da sociedade civil, os cidadãos tivessem um peso equivalente aos eleitos políticos em todos aqueles documentos. Referiu que aquela questão era um ponto de ordem à Mesa em toda aquela matéria. Para se perceber, disse que aqueles não eram documentos, única e simplesmente, para serem discutidos entre partidos, acima de tudo eram documentos para discutir com a sociedade civil, sendo que os partidos ou os eleitos tinham o mesmo peso que a mesma tinha nos contributos que desse, daí a exigência, porque era mesmo exigência, de os municípios

auscultarem as associações e representações da sociedade civil, com base nos objetivos, nos princípios e nas prioridades a dar. Informou que quando fossem falar de orçamentos e discutirem-nos, aí iam discutir outra questão, ou seja, com base naqueles planos quais eram as prioridades que o executivo camarário entendia para o ano seguinte e esse sim estaria a discussão aquando do orçamento. -----

O Conselheiro Péricles Ortins usou da palavra e disse que tinha tido a oportunidade de passar os olhos pelo documento e que gostava de, em primeiro lugar, afirmar que era muito bom ter um Plano daquele género, ou seja, era positivo que Angra e a Praia pudessem colocar no papel alguma coisa para o futuro. Em segundo lugar, disse que uma grande parte das ações previstas, ou aquilo que estava elencado como prioridades, as ações daquele manifesto e referindo-se, naquele momento, mais propriamente a Angra, eram questões em que havia um grande consenso, sendo que havia outras que já definia algum pormenor e que não sabia se eram possíveis ou não de ter o acordo ou que já estavam apresentadas, se já o estavam muito bem, iam ser seguidas, se se podiam, ou não, alterar passadas quatro anos, quando lá chegassem haviam de ver. Em relação à forma como o documento estava apresentado, ou seja, aquilo que serviu de base para justificar as ações, que até concordavam na generalidade, havia questões que estavam um bocadinho, não era desajustadas, mais quase que dizer a mesma coisa que já havia sido dito, mas como um documento, e referindo que era Plano/Orçamento de dois mil e quinze, ficar-se-ia a saber que eram questões previstas nesse ano. Acrescentou que era possível que até à aprovação daquele documento pudesse ser atualizada alguma coisa, mas que queria realçar que, com exceção de alguns pormenores das ações que pudessem vir a ser discutidas posteriormente, na generalidade havia questões que eram importantes estar no papel e que, em geral, se podia dizer, por exemplo, na requalificação, podiam concordar com a mesma, mas a forma como se ia requalificar podiam não estar de acordo, etc. Concluiu dizendo que, por isso, na sua opinião era positivo ter aquilo apresentado. -----

O Conselheiro Álamo Meneses interveio e informou que se estava a iniciar o processo de elaboração de um Plano Intermunicipal de Ordenamento, que visava exatamente dar coordenação aos dois, liga-los e ligar a outros investimentos, nomeadamente nas questões de redes viárias, redes de distribuição de água, recolha de resíduos, ou seja,

tudo aquilo que tinha uma abrangência territorial que excedesse o território de cada um dos concelhos.-----

A Conselheira não se identificou usou da palavra e disse que só queria colocar uma questão que pensava que extravasava, um bocadinho, o Plano mas que era do interesse do Conselho de Ilha e na análise SWOT, para o Plano para Angra, um dos considerados pontos fracos eram as infraestruturas de transporte marítimo de passageiros e de carga rodada. Acrescentou que dizia que a posição estratégica do Porto de Pipas, em relação ao transporte marítimo de passageiros para o grupo central, estava subaproveitada e que a utilização daquela infra-estrutura podia reduzir o tempo de viagem em sessenta minutos, portanto, era consensual que o Porto de Pipas estava, naquele momento, completamente subaproveitado e, segundo se sabia, havia uma obra para fazer a rampa ro-ro e mais alguns acabamentos, não sabendo se era de consolidação da zona anexa porque o valor extravasava bastante o valor de uma rampa ro-ro, pelo que não se percebia bem aquilo que o Governo sobrepunha. Acrescentou que a rampa "Roll On- Roll Off" da Calheta, que fazia a ligação, segundo lhes vinha sendo veiculada a informação, era de que essa obra não avançava porque existia um diferendo com a concelhia de Angra. Posto isso, disse que gostaria de colocar aquela questão, saber se assim era, se não era, se o Presidente da Câmara tinha conhecimento do que estava, naquele momento, a impedir o início dessa obra, porque era, de facto, uma infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento do concelho e porque pela sua mão era colocado como um dos pontos fracos no seu Plano Integrado. -----

O Conselheiro Álvaro Meneses respondeu que quanto aquilo que pensava a concelhia, não sabia, sobre as questões da Câmara, talvez pudesse resolver. Disse que, em relação à questão do Porto de Pipas, naquele momento o que estava a acontecer, a última notícia que tinha tido, das diversas alternativas do projeto, era que estavam a ser feitos ensaios que tinham a ver com a refração de ondas e com problemas de engenharia, ou melhor, de hidrografia. Informou que não conhecia nenhum diferendo, que estavam a caminho de um acordo, muito rapidamente com certeza, pois estavam apenas à espera que, do ponto de vista técnico, lhes dissessem, das soluções que foram consensualizadas entre as duas partes, qual delas tinha o melhor desempenho, do ponto de vista dos objetivos de operacionalidade do Porto. Referiu que aquela era

h

uma matéria de natureza técnica, que estava a ser tratada e que esperava, em breve, ter notícias sobre a mesma. Concluiu dizendo que o que estava ali colocado não era que fosse um ponto fraco do Plano, era um ponto fraco do concelho e, portanto, o que se queria com o Plano era exatamente ultrapassar os pontos fracos. -----

A Conselheira não se identificou interveio e disse que sim, que não imaginou que, o Sr. Conselheiro, fosse fazer uma análise SWOT ao seu próprio documento. Acrescentou que aqueles Planos, eram sempre muito ricos em diagnóstico e depois, geralmente, mais pobres em medidas de implementação, que fazia sugestões, mas a forma operacional, como tinham dito e muito bem, era um documento que sugeria e, depois, cada um havia de apresentar os seus projetos, e os projetos em si é que eram a forma, os instrumentos operacionais e, portanto, não estavam em cima da Mesa e cada um haveria de apresentar como bem entendesse. Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara de Angra e lembrou que este havia dito que não havia nenhum diferendo, mas que iam a caminho de um acordo, pelo que não percebia como é que se ia a caminho de um acordo se partindo de uma situação em que não havia diferendo, mas que registava o alerta. De seguida questionou quem havia apresentado aqueles projetos técnicos; se após abertura de concurso; se era um estudo prévio; de adjudicação direta. -----

As questões foram respondidas mas não foram alvo de gravação.-----

2.AS ESCALAS TÉCNICAS NO AEROPORTO DAS LAJES – OBSTÁCULOS E RISCOS. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, usou da palavra para lançar alguns dados sobre as escalas técnicas e os constrangimentos que existiam, que eram do conhecimento geral, mas que as referidas escalas tinham uma matéria específica e, por isso, era fundamental que antes de iniciarem a discussão alguns dados fossem conhecidos dos senhores conselheiros. Referiu que existiam quatro aeroportos nos Açores que vinham a executar/realizar escalas técnicas e informou quais eram as percentagens dessas escalas, referente a cada um deles, do primeiro semestre de dois mil e quinze, que eram os últimos dados que tinha conseguido obter. Acrescentou que as questões relativas às escalas técnicas tinham três ou quatro pilares que faziam com que uns pudessem estar em vantagem competitiva, relativamente a outros e apresentou alguns dados. Informou que uma delas tinha que ver com as autorizações;

outra com as taxas de aterragem/descolagem; outra com o custo de combustível e, naquele caso, alertou para o facto de aqueles não serem dados garantidos e oficiais e outra com a assistência a aeronaves/serviço *handling*. Acrescentou, ainda, que havia três ou quatro questões importantes sobre a matéria em causa, ou seja, a luta pelas escalas técnicas, se devia ou não ser uma luta a assumir pela Terceira; que deveria ficar claro que não queriam condições melhores do que os outros, que o que tinham pedido sempre eram condições iguais de forma a conseguirem competir e que deveria haver uma orientação para que tudo o que fosse voos do Estado, fizesse escala no Aeroporto das Lajes. Concluiu repetindo que nunca tinha conseguido perceber o porquê do tom agressivo que, quer o Conselho de Ilha, quer muitas das pessoas da parte de Santa Maria, tem feito relativamente à Terceira e à luta desta aquando da questão das escalas técnicas, sendo que não o tinham em relação ao Aeroporto de Ponta Delgada, que tinha praticamente o dobro das escalas técnicas que o Aeroporto das Lajes. -----

O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse pensar que aquelas questões deviam unir, tanto quanto possível, todo o Conselho de Ilha em torno daquilo que era aquela preocupação, porque todas as questões que envolviam uma das mais importantes, se não a mais importante, infraestruturas da ilha, que era a Base das Lajes, deviam merecer consensos e reflexão. Informou que ia começar pelo fim, ou seja, pela questão de Santa Maria, e disse que deveriam falar o mínimo possível da mesma porque não estavam preocupados com Santa Maria, deveriam era querer lutar para que as condições fossem as melhores possíveis. Relativamente aos voos do Estado, disse que não fazia sentido nenhum terem ali uma base militar e os voos de Estado irem para outros sítios, porque se ela era militar para umas coisas, devia ser militar e de Estado para as outras todas, pelo que aquela era uma questão que devia ser incontornável. Acrescentou que, da mesma maneira que até há pouco tempo atrás todos sabiam, por motivos óbvios, o nome da pessoa que tinha o cargo de secretário ou secretária do estado e da defesa, também achava que atualmente deviam todos saber qual era o nome do secretário do estado e da defesa, pelo que o tipo de pressão que era feito, na Secretaria do Estado e da Defesa e do Ministério da Defesa, devia ser feito, pelos órgãos da ilha e da Região, independentemente da cor, uma vez que estava em causa o interesse da ilha. Referiu que achava que da maneira que os assuntos eram importantes, até há pouco tempo atrás, deviam continuar a sê-lo, a

h

certificação de pista para uso civil que ainda não estava feita, deveria continuar a ser uma luta da ilha, a redução do período de pedido de escala para tão curto quanto possível. Todas as questões de taxas, disse pensar que havia ali questões regionais e que podiam e deviam ser debatidas, discutidas e resolvidas à escala regional e essas não havia motivo nenhum para que não fossem resolvidas. As taxas de aterragem e descolagem, os custos de combustível, os custos de "handling", a questão do reabastecimento com os passageiros a bordo, disse pensar que aquela seria uma questão militar e que tinha a ver com o facto do serviço de bombeiros da Base das Lajes ser prestado por uma entidade que era militar e não ser um serviço de bombeiros civil. Acrescentou que não sabia se seria possível haver uma duplicação ou uma transferência de responsabilidade ao nível do combate de incêndios para os voos civis, para que aquela situação se pudesse mitigar, mas que julgava que havia questões relativamente fáceis de resolver e outras que não, mas o que não podia haver era um abrandamento da pressão. Concluiu dizendo que se todos tivessem unidos, em torno daquele objetivo, seria sempre mais fácil.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, usou da palavra e lembrou que era importante, antes de cada intervenção, se identificarem, de forma a facilitar a feitura da respetiva ata.-----

O Conselheiro Ricardo Barros interveio e disse que, relativamente ao assunto em discussão, o Conselho de Ilha deveria ser mais ambicioso do que se ater, apenas, às escalas técnicas. Acrescentou que o Aeroporto das Lajes nunca serviria a ilha Terceira enquanto não tivesse o atual estatuto e, das duas uma, ou haveria novamente uma utilização massiva por parte dos americanos, ou reduzindo a sua presença, era uma situação em que fosse necessário ela servir como ponte de passagem para movimento de tropas. Disse que havia que ter em conta aquela realidade e passar à fase seguinte e essa, na sua opinião, era transformar o Aeroporto das Lajes num Aeroporto Civil. Referiu que era sobre aquela questão que o Conselho de Ilha se devia bater, como opção prioritária militar, porque havia uma componente que não podia ser retirada do Aeroporto das Lajes, que era a busca e salvamento no Atlântico, pela Força Aérea Portuguesa, mas apenas isso. Mencionou que enquanto aquela situação não fosse ultrapassada, não podiam aumentar a placa, tinham dificuldade na construção de um novo terminal de carga, porque os militares estavam continuamente a colocar

questões e, relativamente às escalas técnicas, a questão de fundo mantinha-se, ou seja, a prioridade a três dias ou então ter que ser declarado, pelo comandante da aeronave, que se tratava de uma emergência quando, muitas vezes, a emergência era relativa. Disse julgar que era prioritário encetarem uma luta para que o Aeroporto das Lajes, saindo os americanos como saíram, passar a ser um Aeroporto Civil, como opção dos militares poderem, obviamente, operar em situações de emergência. Repetiu que enquanto aquela situação não fosse ultrapassada, iam ter sempre constrangimentos e que só quem não conhecia a forma como os militares atuavam poderia julgar que iam ter mais alguma abertura. Lembrou que a própria presença militar Portuguesa, no Aeroporto das Lajes, era significativamente superior ao que era atualmente, que se falava nos militares americanos saírem, mas que os portugueses também o tinham feito e que também davam movimento à ilha, também interessavam à ilha, ou seja, aquilo estava reduzido à ínfima espécie e, portanto, podia continuar o perímetro a ser patrulado pelos militares, havia uma série de situações que podiam e deviam continuar a ser feitas pelos militares. De seguida lembrou a situação de um funcionário da SATA que, por estar a tirar fotografias, tinha sido afastado da mesma, porque um Sr. Comandante achou que era uma situação lesiva para os interesses militares, sendo uma situação perfeitamente ridícula, mas que ia continuar a existir se não fossem por outra via. Concluiu dizendo que continuava a mencionar que havia ali duas coisas distintas, uma que não estava esgotada, que era importante e que o Sr. Presidente da Câmara da Praia vinha a fazer muito bem, que era a lutar para que os americanos pudessem, e aí estavam a lutar pela criação de postos de trabalho, maior riqueza para a ilha e sim, era uma nuance que tinham que compreender, a outra se, efetivamente, eles abandonassem, então aí estavam livres para pedir que o aeroporto passasse a ser um aeroporto civil.-----

O Conselheiro Sieuve de Meneses interveio e disse que, em primeiro lugar gostaria de se congratular com o trabalho que vinha a ser feito pelo Presidente da Câmara da Praia, Dr. Roberto Monteiro, que vinha na sequência de algumas lutas, muito antigas, daquele Conselho de Ilha, da Câmara do Comércio e de algumas pessoas da ilha Terceira. No entanto, disse que queria lembrar as pessoas que os problemas da ilha Terceira não vinham desde que os americanos resolveram despedir mais trabalhadores, mas sim desde o seu esvaziamento económico que já vinha de mais

W

alguns anos e que iam discutir, provavelmente, no ponto abaixo. Acrescentou que concordava, em absoluto, com o que tinha sido dito pelo Dr. Ricardo, mas que havia uma coisa que não concordava, ou seja, não tinham que lutar, aquilo não era uma luta, tinham direitos iguais aos outros cidadãos dos Açores. Disse que só queria realçar que o aeroporto teria que ser, provavelmente, alterado para Aeroporto Civil, caso contrário cairiam sempre na alçada militar e aquela gente tinha cede de poder. Referiu que tudo o que tinha sido dito, em relação às escalas técnicas, era importante, mas era importante pensarem que no aeroporto só poderiam ser feitas obras a sério quando ele fosse civil. De seguida, lembrou a questão de não quererem realizar o terminal de cargas por causa de sessenta centímetros e que o mesmo não era aceitável. Informou que o que pensava era que o Conselho de Ilha e todos os órgãos da ilha Terceira que quisessem tratar do assunto em causa deveriam fazê-lo, deveriam defender aquela situação. Concluiu dizendo que o Governo tinha que se empenhar naquilo, porque eram dos Açores, tinham um Governo dos Açores, que era para isso, pertenciam a um grupo de ilhas e tinham que ser tratados todos por igual.-----

O **Conselheiro Péricles Ortins** usou da palavra e disse que queria confirmar/afirmar que, na generalidade, concordava com tudo o que tinha sido dito pelo Conselheiro Ricardo Barros e com a posição que o Conselho de Ilha devia assumir, em particular com as observações do Conselheiro Sieuve, a questão do esvaziamento da economia da ilha Terceira e a redução da base portuguesa, ou seja, disse que o problema não eram os americanos, era também a redução americana, a redução da base portuguesa e a redução da economia, por diversas razões. Acrescentou que o que era importante para a ilha Terceira, entre as questões económicas e empresariais, era o Porto, o Aeroporto e, eventualmente, outras grandes unidades, como o Hospital e a Universidade, portanto uma delas, uma daquelas quatro, talvez a segunda ou a primeira maior, seria o funcionamento do aeroporto e daí que, em relação ao terminal de cargas, em relação ao funcionamento do terminal de passageiros, em relação às facilidades com os aviões comerciais e com as escalas técnicas, deviam estar unidos e pôr isso na linha da frente, independentemente de qualquer outra ilha, mas comparando com o funcionamento dessas mesmas escalas e com outros voos, porque também não se ia só pela questão dos voos de escalas técnicas, mas também por outro tipo, de *charters*, etc. e de outro tipo de voos particulares que pudessem vir a

acontecer. Concluiu dizendo que todas aquelas coisas seriam dificultadas com a situação da gestão do aeroporto atual e, por isso, achava que deviam estar todos unidos e que gostava de confirmar, pessoalmente, o apoio a essa posição. -----

O Conselheiro João Santos usou da palavra e disse que queria só dar uma pequena nota, que fazia questão, era simplesmente uma pequena achega quando se tinha aquela discussão e, apesar de concordar na generalidade com tudo o que foi dito, em particular com a posição do Conselheiro Ricardo Barros, havia uma coisa que, nem que fosse como nota de roda pé, deviam meter sempre naquela discussão, porque era importante ter presente e refletir. Relativamente à Base das Lajes, das duas uma, ou passava, de facto, a um Aeroporto Civil ou então, a ser uma base militar, havia coisas que não se podiam esquecer. Informou que há muito tempo, quando lhe falavam da Terceira e das suas maravilhas, diziam que o único problema eram os americanos, que estes deviam ser proibidos de sair da Base, porque não se sabiam comportar. Acrescentou que a primeira guerra do Iraque tinha sido um incómodo para os Terceirenses e a segunda ainda mais, que depois tinha começado a redução dos militares da Base das Lajes e, a partir daí, nenhuma solução, a não ser que tivesse estado em algum momento distraído, que tivesse sido posta para a Base das Lajes, componente militar, agradou aos Terceirenses. Referiu que a Base das Lajes não podia ter vinte mil militares para dez mil serem empregados no BX e dez mil no Snack-Bar, se fosse uma base militar, era para atividades militares, tinha benefícios mas também tinha custos e isso não podia ser esquecido. Os benefícios de ter mais gente na ilha, dinamização económica ou então, se não havia benefícios, também não havia nenhum prejuízo do esvaziamento. Concluiu dizendo que gostava de deixar isso em nota porque nunca via essa parte discutida.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e disse que percebia, perfeitamente, o toque que era dado pelo Conselheiro João Santos. Contudo, pensava que tinham de pressionar toda aquela questão em algo mais profundo e mais estratégico, ou seja, era verdade que muita gente se queixava, mas que se fossem perguntar aos donos dos restaurantes eles não o faziam, tal como as empresas onde entravam os milhares de dólares/mês em aquisições e os quatrocentos proprietários que arrendavam as casas. Acrescentou que a questão estrutural daquilo tudo era outra, ou seja, a luta ou o direito reivindicativo, para uma alteração de estatuto era de

uma complexidade enorme que ia para além disso. Informou que a verdade era que estavam em prol do interesse nacional, aquela ligação à Base das Lajes, não era uma questão vista à escala local, à escala local o que ficava na ilha era uma determinada contra partida de rendimento. Disse que tinham um aeroporto que era militar e a utilização civil altamente concionada, com tudo o que já tinham falado, mas, em contra partida, tinham oitocentos empregos, e quatrocentas casas arrendadas, a um valor médio de novecentos euros, pelo que tinham um impacto, naquela pequena economia, no caso do Concelho da Praia, trinta por cento, no caso da ilha cerca de quinze por cento do PIB. Ou seja, disse que havia um esforço no âmbito de uma relação estratégica nacional, em que tinha obviamente contra partidas para o Estado português, mas havia uma contra partida local e essa era quinze ou vinte por cento do PIB daquela realidade económica. Acrescentou que, a partir do momento em que se recortava dois terços da referida contrapartida, mas mantinha-se todos os constrangimentos que existiam à potenciação, alguém tinha que se chegar à frente, se era de uma questão de interesse nacional, o país tinha que encontrar uma forma de solidariedade de dizer que não iam ter um aeroporto comercial, que tinham um conjunto de custos de oportunidade mas, em alternativa, o país compensava de alguma forma. Repetiu que o que havia acontecido, em todo aquele processo, tinha sido um corte de dois terços na contrapartida da ilha, que supostamente as contrapartidas nacionais se tinham mantido intactas, os custos de oportunidade, com cem americanos ou com um só, eram iguais e não saiam daquela esfera, pelo que quando se falava no assunto, era naquela perspetiva. Disse que já se sabia, há muito tempo, que havia risco de uma redução significativa, que, se calhar, se falava pouca da redução da Força Aérea Portuguesa, ou seja, até lhes tirava autoridade moral e tinha tirado, pois tinha estado em duas bilaterais e os americanos diziam que tinham que reduzir, porque para aquilo que tinham que fazer e para a utilização, não era preciso mil homens, bastava apenas trezentos ou quatrocentos e, simultaneamente, a parte portuguesa também. Informou que o problema foi que, muita da redução da Força Aérea Portuguesa se tinha feito à custa de questões chave, ou seja, tripulações utilizadas na busca e salvamento, que, naquele momento, tinham acento em outras bases. Disse que recentemente tinha tido a oportunidade de falar, porque estava a ser feito um estudo a nível nacional sobre as questões dos recursos hídricos e alteração e

que quando se falava em colónias e ex-colónias, que em todas as bases, que a Força Aérea Portuguesa tinha no continente português, pagava a água, à exceção das Lajes que não só não pagava a água, como ainda a cedia aos americanos, como uma contrapartida deles, pelo que quando se falava nos interesses, ia àquele ponto. Referiu que estava na Câmara há dez anos e que nenhum regulamento tinha sido alterado, nem nenhuma legislação, se não, os dez dias que tinham passado para três e que eles diziam que tinha sido um grande passo da questão, de resto estava tudo igual. Mencionou que eles estavam, claramente, a sentir a pressão que lhes estavam a fazer e o resultado final, de toda aquela pressão, estava a ser a criação de problemas, como por exemplo, o embargo de várias obras no concelho, pela Força Aérea Portuguesa, com o argumento de estar num cone de pista que estava desativada desde mil novecentos e quarenta e cinco. Informou que estava a recorrer, por via judicial, mas que a questão era muito mais complexa. Disse, ainda, que ninguém estava interessado nas contra partidas que ficavam na Terceira e deixaram de estar, pelo que a guerra tinha que ser no sentido de se dizer que tinha que estar claro o objetivo qual era o caminho e se o caminho fosse continuar a afetar infraestruturas a militares, havia um custo de oportunidade significativo para a Terceira, que representava, no mínimo, quinze por cento do seu PIB, que tinha que ser compensado por alguém e de alguma forma. Concluiu repetindo que havia um custo de oportunidade enorme para a Terceira e esse não estava a ser compensado por ninguém.-----

O Conselheiro não se identificou usou da palavra e disse que, apenas para dar uma achega que podia, inclusive, vir a servir. Informou que era de fonte oficiosa, mas que podiam-na confirmar. Disse, então, que continuava sem perceber, ou seja, havia dois RCC's "Rescue Cordenation Center" em Portugal, um nas Lajes e outro em Lisboa, que pelos próprios constrangimentos financeiros, do Ministério da Defesa, havia a decisão militar de terminar os dois centros e uniformiza-los num único centro e este ia ser, para todo o Atlântico de área de jurisdição dos dois RCC's, o RCC Lajes. Acrescentou que já estava, inclusive, indicado/contatado informalmente o futuro coordenador do RCC Lajes. Disse que isso havia voltado para trás, a estrutura, porque a estrutura que estava em Lisboa tinha que vir para as Lajes, não era muita mas era alguma e os militares diziam que era imperioso porque constrangimentos financeiros não conseguiam suster dois RCC's, para além de não fazer sentido, até porque o RCC Lisboa

h

tinha uma área de cobertura que não chegava a um terço da área de cobertura do RCC Lajes, mas que isso tinha ficado de nada, já tinha recuado tudo e já tinha voltado tudo para trás, sendo que o porquê não o sabia, a partir dali não sabia a história, mas que tinha sido mais uma coisa que não tinha vindo para as Lajes e que em Lisboa era perfeitamente dispensável. -----

O Conselheiro Norberto Messias interveio e disse que quando se falava do aeroporto das Lajes havia sempre algumas dúvidas que tinha e que gostaria de partilhar e, eventualmente obter algumas respostas. De seguida colocou as seguintes questões: ----

Qual era o atual volume de negócios que os sete por cento de escalas técnicas representavam para a ilha Terceira; -----

Qual era o volume de negócios que poderiam ter com a liberalização do Aeroporto das Lajes, em termos de escalas técnicas; -----

Qual era o volume de postos de trabalho que poderiam ser criados com a mesma; -----

Se essa liberalização, de escalas técnicas das Lajes, implicava a diminuição do volume de negócios de São Miguel e de Santa Maria, ou seja, a transferência de voos que faziam a escala técnica nessas ilhas para a Terceira ou se havia possibilidade de voos que, atualmente, não faziam escala técnica nos Açores, passarem a fazer; -----

Se aquela era uma questão militar ou se era uma questão política; -----

Se Portugal se podia dar ao luxo de ter infraestruturas daquele potencial, como eram o Aeroporto Militar e o Porto Militar, absolutamente desocupadas e que, do ponto de vista económico, tinham um custo de manutenção que saía dos impostos dos Portugueses, mas que não tinha retorno para a economia de Portugal; -----

Onde é que ficava o Aeroporto de Pedras Rubras, porque andava sempre à procura dele e não o conseguia encontrar, embora existisse uma base militar de Pedras Rubras e um Aeroporto Militar de Pedras Rubras. Concluiu pedido desculpas pelo seu engano, ou seja, disse que era de Figo Maduro. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e disse que não ia responder a todas as questões colocadas, mas que podia referir alguma coisa. Referiu que o número de escalas técnicas, feitas nos Açores, andava entre as setecentas e as mil, por ano. Acrescentou que a receita média gerada para uma escala técnica andava à volta dos trinta mil euros. Informou que aquela era, mais ou menos, a informação que tinha, que uma parte substancial dessa escala técnica era o combustível, cerca de

sessenta por cento. Disse que fazer a confrontação entre liberalizar e atacar na parte civil, qual era a correspondente de redução, porque quando defendiam um Aeroporto Civil com utilização prioritária militar, era como ter uma balança, ou seja, la haver potencialmente um conjunto de novas oportunidades de negócios, novas receitas e, em simultâneo, tenderia a haver redução. Quanto à situação concreta da origem do problema, disse que indiscutivelmente tinha sempre uma forte componente política, mas uma componente política condicionada, porque sabiam como era o relacionamento dos políticos com os militares, independentemente dos partidos políticos que estivessem no poder. Relembrou que já tinham visto, em muitas situações, compromissos, como recentemente a última Secretaria de Estado da Defesa, que disse que em determinadas datas estaria aprovado o documento de certificação da pista, que nunca aconteceram. Concluiu dizendo que as questões estavam muito bem colocadas. -----

O **Conselheiro Luís Rendeiro** usou da palavra e disse que, nem de propósito, pegando numa questão que o presidente do Conselho de Ilha já tinha referido, disse pensar que o ponto essencial era a última intervenção que tinha feito, ou seja, os militares perceberam, de facto, que a hierarquia militar era conservadora e quase secular, enquanto o poder civil mudava, era curto e se conseguissem telmar o suficiente para atrasar um bocadinho as decisões, o governo seguinte já podia ser outro e ficava tudo em "banho-maria". Acrescentou que aquela era uma estratégia que os militares tinham feito. De seguida questionou sobre o que podiam fazer e disse achar que os diagnósticos estavam todos feitos e que vinham a bater nos mesmos Conselho de Ilha após Conselho de Ilha. Disse que, naquele momento, achava que poderia ser interessante, tendo em conta que o Governo era novo, ou fazer um convite ao novo Secretário de Estado, Ministro da Defesa, ou alguém com afetivo poder para visitar o Conselho de Ilha, ou uma representação do Conselho de Ilha, ou seja, o Conselho de Ilha deslocar-se para que, numa perspectiva absolutamente local, uma vez que tinham preocupações muito locais e muito específicas, pudessem transmitir as referidas preocupações de modo direto. Referiu que os militares não queriam resolver o problema, pelo que não tinham alternativa se não ir pela via civil porque, de facto, os militares tinham um respeito muito relativo pelo titular do órgão político que os deveria tutelar e, às vezes, não era bem assim. -----

O **Conselheiro António Toste** interveio e disse que o Presidente do Conselho se admirava porque Santa Maria e outras ilhas, em outras questões, estavam contra a Terceira, porque se falava da Terceira quando reivindicavam alguma coisa. Disse que, no passado, tinham os americanos em grande, usufruíram daquele espaço, chamado Serrado Grande, pelo que agora era como quem dizia "naquele tempo vocês usufruíram, agora que se aguentem", que isso era o que acontecia, que tinham que ultrapassar e deixar andar. Acrescentou que todos unidos e juntos tinham que defender aquilo que era seu, sem entrar em guerras, sem lutas partidárias, defender apenas aquilo que era seu e deixar aquilo que era dos outros à parte. Informou que concordava, plenamente, com aquilo que havia dito o Conselheiro Ricardo Barros, ou seja, que a alternativa era quererem ser um Aeroporto Civil, pelo que tinham que ter mesmo muita força e lembrar que não era uma coisa fácil. Relembrou que tinham tido uma Ministra da Defesa açoriana e que, em quatro anos, não tinha conseguido fazê-lo, acreditava que tinha feito o melhor que podia a sabia, mas por alguma razão não o tinha conseguido. Disse que não sabia o que tinham à frente, mas que deviam lutar da mesma forma, tentar ultrapassar aqueles obstáculos. Concluiu dizendo que via as várias questões referidas pelo Presidente do Conselho, nomeadamente os combustíveis mais caros num lado, mais baixos nos outros, bem como outros que saltavam à vista que tinham que ver com os militares, novamente, como sendo o facto de noutros lugares os aviões poderem ser reabastecidos com os passageiros dentro e na Terceira não. Disse que a lei devia ser igual para todos, que deviam ser os militares por sua iniciativa a dizer que não queriam, pelo que tinham ali uma tarefa difícil.-----

A **Deputada Graça Silveira** iniciou a sua intervenção dizendo que gostaria de colocar duas ou três questões em perspetiva. Em primeiro lugar disse que se tinha colocado, várias vezes, a questão de Santa Maria ficar muito indignada, mas que não tinha sido só, ou seja, tinha havido outras questões discutidas no Conselho de Ilha da Terceira que outros conselhos de ilha, nomeadamente do Faial, se insurgiram. Acrescentou que isso acontecia quando à Terceira lhe era dado um estatuto especial por causa da Base das Lajes e aparecia o PREIT, porque a verdade era que todas as ilhas se sentiam, naquele momento, em estado sito e a precisar de ajuda e o facto de nenhum dos outros conselhos de ilha se insurgir contra São Miguel era muito preocupante, porque de facto os números mostravam que o Aeroporto de São Miguel tinha muito mais

4

escalas técnicas. Disse que parecia que os açorianos já tinham aceitado, pacificamente, que ia haver um polo de desenvolvimento, que era São Miguel, e que depois os outros iam ter que andar a uma outra velocidade, pelo que achava que aquele era o mote e que era preocupante. Em relação a Terceira/Santa Maria, disse que era histórico, que São Miguel, durante anos e anos, em termos de transportes, era completamente periférico, os dois principais aeroportos eram o da Terceira e o de Santa Maria e era entre eles que se dividia, ou que se competia pela maior presença, pelo que São Miguel só tinha passado a estar na centralidade, em termos de transportes da região, relativamente há pouco tempo. Em relação a Base das Lajes, disse que muito se vinha a discutir, o diagnóstico já estava feito, mas havia duas questões que eram fundamentais, ou seja, todos falavam da saída dos americanos, era um erro, os americanos não saíam, os americanos nunca iam deixar de ter um pé no coração do atlântico norte, se o pudessem ter a um preço baixo fazendo querer aos açorianos, porque já não interessam e que, portanto, não pagavam, iam tê-lo. Acrescentou que todos sabiam que as negociações que estava a haver, naquele momento, no atlântico norte, quer em termos de um novo mapa azul, quer com a abertura do canal do Panamá, a importância geoestratégica dos Açores não só estava a diminuir como estava a aumentar drasticamente, pelo que tinham que ter aquilo na cabeça sempre fossem negociar. Em termos de Conselho de Ilha, disse que tinham que pressionar o poder que estava diretamente acima, ou seja, o Governo Regional, e este, porque aquela era uma questão de Estado, tinha que fazer valer a sua posição em relação ao país, porque não podiam ir, sistematicamente, naquela postura de mão estendida como se fossem ficar com as migalhas que eles quisessem dar. Acrescentou que o que era importante era definirem até quando é que estavam despostos a esperar que os americanos decidissem, porque a verdade era que havia um novo folgo, eles já estavam a pensar se o centro de informação poderia, ou não, vir novamente para as Lajes, que já não era definitivo que ia para Inglaterra, que se calhar ia voltar a vir imensas pessoas para a Terceira, porque se não fosse assim, se não fosse para ter um elevado peso militar, e com o esvaziamento que a Base tinha, tinham que renegociar isso, quer em termos da ocupação deles, quer em termos de contrapartidas, quer em termos do uso civil, pelo que isso exigia uma posição de força que iam ter que fazer. Repetiu que a pergunta que achava que era crucial era até quando iam decidir esperar

W.

que eles mandassem mais ou mandassem menos, ou seja, até quando estavam despostos a marinar. Concluiu dizendo achar que aquela era a questão importante e que o Conselho de Ilha devia tomar uma posição sobre a mesma.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, sugeriu um intervalo de dez minutos. -----

O Conselheiro Pimentel Dias interrompeu e questionou sobre o modo como iam fazer chegar, fazer sentir as preocupações sobre as escalas técnicas do Aeroporto das Lajes. -

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, respondeu que era para isso que o Conselho de Ilha tinha uma Mesa eleita. -----

O Conselheiro Pimentel Dias interveio e disse que sim, mas qual era a forma que isso iria revestir. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, respondeu que iam avaliar, tendo em conta a posição consensual, a forma mais adequada de o fazer, mas que tinham, obviamente, que dar seguimento.-----

3. A ECONOMIA DA ILHA TERCEIRA – ANÁLISE E PROPOSTAS PARA OS SETORES DA AGRICULTURA E DO TURISMO. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, fez uma explanação do ponto. -----

O Conselheiro José António de Azevedo iniciou a sua intervenção dizendo que, na questão do setor agrícola, gostava de realçar o ponto que já muitas vezes tinha sido falado ali, que era a questão da transformação. Disse que na ilha Terceira tinham a particularidade de ter um processo complicado, uma única indústria. Disse pensar que teria de sair, do Conselho de Ilha, uma posição para que o Governo Regional tivesse uma atitude bastante diferente, na análise da indústria que tinham atualmente, instalada, com uma possível alternativa, que já era tempo de se tomar uma decisão definitiva e, principalmente, o Governo Regional tinha que ter outra forma de atuar, porque havia uma crise no setor do leite, havia realmente em toda Europa, mas a Terceira estava numa situação muito mais agravada, perante a transformação de leite na região. Acrescentou que se devia ser um trabalho conjunto, no qual o Governo Regional tinha que ter um papel preponderante, ativo e de acompanhamento para que

se tivesse uma situação com um desfecho que fosse, realmente, interessante, quer para a produção, quer para a economia, quer para todo o setor económico da própria ilha. Referiu que tinham a questão da Base das Lajes, mas que a questão do leite e a sua valorização era muito mais abrangente e com valores muito superiores à questão do esvaziamento da Base das Lajes, que era um problema da Terceira mas que não se podiam focar apenas num único problema e deixar os outros de parte, sendo que, se calhar, era muito mais fácil fazer algum trabalho junto do setor agrícola e a revitalização da ilha Terceira, através daquilo que pertencia realmente a eles próprios do que ficar a empurrar toda essa situação para aquilo que não dependia, concretamente, deles. Referiu que outra questão que queria levantar, era a questão da reparação das canadas de servidão, ou seja, muitas das entidades intervenientes na reparação daqueles acessos, iam empurrando os casos de umas para as outras, pelo que achava que devia haver uma concertação, quer dando detritos aos próprios produtores para fazerem a reparação, quer dando às próprias juntas de freguesia de modo a terem alguma intervenção nesse sentido. Acrescentou que muito mais havia dizer e muitos mais problemas tinha o setor e com a agravação do estado do tempo também e que sabiam que nunca estava tudo feito, mas que se tinha que começar a fazer algum trabalho naquele sentido e a debater o que realmente era importante. Concluiu dizendo pensar que no ano de dois mil e dezasseis, tinham-se que debruçar, concretamente, sobre a questão da transformação e chamar o Governo Regional ao processo, mas de uma forma muito mais comprometedora. -----

O Conselheiro Arlindo Teles interveio e disse que ia fazer um pequeno balanço das operações de Madrid e de Boston, que de um modo geral o eco era bastante positivo e, inclusivamente a Câmara de Comércio tinha feito um pequeno inquérito aos hotéis e à restauração. Relativamente à resposta dos hotéis, disse que, de modo geral, pelas unidades que tinham contrato com os operadores turísticos, estavam satisfeitos, havia aumentos superiores a duzentos por cento, ou seja, havia hotéis que naquela altura do ano nem sequer chegavam aos vinte por cento e, naquele momento, estavam com ocupação superior aos cinquenta por cento. Informou que estava em análise o período homólogo de finais de novembro, até àquele dia, comparativamente ao período de dois mil e catorze e atualmente dois mil e quinze/dezasseis. Relativamente às unidades de alojamento mais pequenas e àquelas que não tinham contrato com as operadoras,

disse que não acusavam aquele crescimento, aliás alguns até tinham dito que tinham tido quebras na ordem dos dez por cento. A nível da restauração, informou que havia uma divisão entre as respostas de Angra e da Praia, que no caso da Praia da Vitória só três restaurantes tinham respondido, sendo que em Angra, maioritariamente, sentiram um aumento da procura e consideraram que, de uma forma global, o impacto das operações turísticas era positivo, havia aumentos na ordem de vinte/trinta por cento, sem grande distinção entre os turistas espanhóis ou americanos. Em relação aos restaurantes da Praia da Vitória e como já havia dito, só três tinham respondido e as suas respostas não tinham refletido grande impacto naquelas operações. Acrescentou que era importante, também, fazer um balanço em relação a todo o ano do turismo na Terceira, porque as dormidas tinham crescido, na ordem dos quatro vírgula nove por cento, acabando por haver, pelo menos, um acréscimo, uma vez que tinha havia uma altura em que estava a decrescer, mas que, mesmo assim, estava muito abaixo da média da Região. Informou que esta tinha crescido, no ano passado, dados até novembro, dezoito e meio por cento, muito impulsionado pelo aumento de São Miguel, que foi de vinte e dois vírgula sete por cento. Por outro lado, disse que também gostava de dar algumas notas sobre o trabalho que a Câmara de Comércio andava a desenvolver, nomeadamente a sua Comissão de Turismo, no sentido de fazer um esforço na qualificação da oferta, em primeiro lugar a articulação entre as várias entidades e também as empresas para que aquela oferta fosse, num período, naquele caso os *charter's*, fossem uma semana, que houvesse animação e oferta para os turistas durante uma semana. Informou que também estavam a fazer trabalho na formação a nível de atendimento e de línguas. Disse que havia um projeto, que era o cartão "*Terceira Pass*", que estava praticamente finalizado, que no fundo ia ser um cartão que dava acesso aos vários pontos turísticos da ilha e descontos nas lojas e restaurantes. Em relação a todo aquele trabalho, disse que não podia deixar de falar dos constrangimentos, a nível dos apoios do quadro comunitário. Disse que, como sabiam, o último quadro tinha começado em dois mil e catorze e, à data atual, ainda não havia aprovações ou, em alguns casos, ainda não tinha aberto as candidaturas, ou seja, era um esforço financeiro muito grande, naquele caso para a Câmara de Comércio, mas também para alguns operadores locais que tinham dificuldade em candidatar os custos daquela natureza. Acrescentou que a Câmara de Comércio fazia

questão de frisar e chamar a atenção para os grandes constrangimentos que tinham significado para as acessibilidades e para o turismo, no ano de dois mil e quinze, que esperavam que não se repetisse em dois mil e dezasseis, nomeadamente o número de voos para a Terceira, que até tinham reduzido e os horários não lhes serviam, eram péssimos e os preços, em certas alturas, eram exorbitantes, pelo que gostavam de registrar isso, pois era importantíssimo que não se repetissem em dois mil e dezasseis.-

O Conselheiro Norberto Messias usou da palavra e disse que a questão da economia da ilha Terceira, como também já havia sido referenciado pelo Conselheiro Sieuve, prendia-se, um bocadinho, com o que tinham discutido no ponto anterior, ou seja, tinham constrangimentos de utilização de infraestruturas que, depois, condicionavam e constrangiam toda a economia da ilha Terceira, nomeadamente a parte do Porto e do Aeroporto. Acrescentou que quando falavam do turismo e da agricultura, se calhar, alguns aspetos destas duas áreas economias convinha fundir, ou seja, haveria um espaço, na área do turismo e da animação turística, que se prendia com as práticas agrícolas, uma das formas de ocupar ou de animar/produzir alguma animação turística, também poderia ser na área da agricultura, nomeadamente no manuseio das vacas. Questionou o quanto valeria ter oportunidade de conduzir um carro de bois, com uma junta de vacas divididamente preparadas para o efeito, em termos turísticos. Referiu que quando se falava de agricultura, não podia ser só produção de leite, tinha que ser mais do que isso e se eram, naquele momento, nalgumas áreas, essencialmente importadores de produtos agrícolas, também havia áreas onde eram exportadores de produtos agrícolas e nessa área de exportação os constrangimentos de utilização do Porto e do Aeroporto, obviamente, que eram mais um entravo ao desenvolvimento da ilha. Disse que se o turismo passava por receber turistas e pela animação, passava, obviamente, pela formação dos animadores e pela formação dos tercelenses em geral para a valorização do património natural e cultural que lhes passava, de uma forma geral, muito ao lado. Acrescentou que não havia uma intenção clara de valorização da Terceira, do ponto de vista turístico, de tal forma que deixavam que fossem operadores externos à região e à ilha a decidir o que ver na ilha Terceira, ou seja, a Terceira ainda não se tinha conseguido organizar, de forma a decidir o que visitar na mesma. Disse, ainda, que o que era facto era que os operadores externos, que decidiam o que ver na região, valorizavam aquilo que lhes interessava, do ponto de

h

vista de vender a Terceira, pelo que achava que cabia à Terceira, nomeadamente ao Conselho de Ilha ou outras entidades, mas cabia aos terceirenses, decidirem aquilo que devia ser valorizado, do ponto vista turística, mas não estavam a conseguir fazer isso. Mencionou que a operação que o Conselheiro Arlindo Teles tinha acabado de referir era muito importante para a Terceira, era um embrião que esperava que se desenvolvesse. Ainda relativamente à questão da agricultura e com tinha dito há pouco, não era só a produção de leite, mas a produção de leite não era só a produção de leite em pó, necessariamente, havia coisas que tinham de pensar, outras utilizações do leite, porque exportavam leite em pó que outros iam transformar em produtos de altíssimo valor acrescentado, porque no mundo inteiro dava-se múltiplas utilizações ao leite e não estavam a conseguir valorizá-lo. Acrescentou que quando se falava na fileira do leite, obviamente que tinham que ver no mundo o que é que se fazia com o leite de vaca para poderem ver o que podiam fazer. Concluiu dizendo que tinham que repensar a economia, mas repensá-la não com tempo, porque não tinham muito tempo, mas repensá-la profundamente.-----

A Deputada Graça Silveira interveio e disse que em relação à questão da agricultura, ia ter que dizer coisas que nem sempre eram agradáveis de ouvir. Uma delas, e seria um elogio ao Sr. Eng.^o José Gabriel Álamo Meneses, era que há vinte anos atrás, enquanto diretor do departamento, tinha decidido abrir um curso em tecnologia alimentar, pelo que há vinte anos que a universidade tinha formação, tinha projetos que demonstravam claramente o potencial do leite, o trabalho que tinha que ser feito e, em vinte anos, nada se tinha feito na Terceira. Acrescentou que sempre que houve iniciativa privada, nos corredores que minavam a opinião pública, o que se ouvia era que não ia dar certo, pelo que quem era a voz dos representantes da agricultura é que tinha que ter a coragem de sair do discurso que todos queriam ouvir, do conforto, e assumir opções que podiam ser de risco, bem como assumir uma posição do que queriam para o setor, não era o Governo Regional que ia dizer o que fazer na Terceira, em termos de transformação do leite. Relembrou uma discussão muito antiga, ou seja, ainda nunca os Terceirenses tinham dito se queriam ter mais uma grande fábrica ou se queriam ter pequenas queijarias, que era uma das coisas que tinha que ser claramente decidida. Acrescentou que o grande erro tinha sido que na altura a fábrica que existia estava falida, o Governo Regional interveio e arranjou maneira da Pronicol ficar, mas a

h.

Pronicol estava com a Unicol e a Unicol era uma associação de agricultores, tinha uma voz a dizer, que eram os que pagavam as cotas que deviam mandar no seu destino, porque da mesma maneira que os agricultores estavam presos àquela fabrica, para entregar o leite, aquela fabrica estava presa para o receber dos agricultores da Terceira, não iam mandar vir contentores de São Miguel, pelo que o peso negocial era exatamente o mesmo. Disse que se fosse para começar a elencar o que se poderia fazer para agregar valor económico, não se fazia, bastava que ninguém aproveitava o soro na região, que era, atualmente um dos subprodutos do setor dos produtos lácteos com mais valor. Disse, ainda, que não utilizavam nada disso e ainda pagavam as ETARES para fazer o tratamento do mesmo, uma vez que tinha uma carga poluente brutal, pelo que perdiam nos dois lados, nem iam buscar o valor acrescentado e ainda tinham que pagar para tratar. Referiu que se havia ilha que tinha conhecimento e capacidade para poder operar essa diferença, era a ilha Terceira e nunca se tinha feito. Disse que era verdade que o Governo tinha que ajudar ou, pelo menos, não atrapalhar, mas que havia imensas coisas que eram ditas, faladas, diagnosticadas e as coisas continuavam da mesma maneira, pelo que os Terceirenses iam ter que dizer o que queriam para o setor do leite; o que pretendiam fazer; qual era a sua estratégia; o que pretendiam que o Governo Regional fizesse, que aquela conversa fechada e omissa de que o Governo Regional tinha que fazer alguma coisa, não era rigorosamente nada. Acrescentou que a Terceira tinha um potencial enorme em muitas outras coisas de agricultura, que não só a fileira do leite. Disse que nunca ouvia falar do vinho, que os Biscoitos era uma das poucas regiões dos Açores com o potencial de vinho, nomeadamente elencando com o turismo e questionou o porquê de não se fazer enoturismo nos Biscoitos. Apontou outra potencialidade e lembrou que, há pouco tempo, a Universidade tinha feito um estudo, juntamente com a Fruter, em relação às mais-valias dos hortofrutícolas, nomeadamente em capacidade antioxidante, mas que ninguém queria saber disso, ninguém queria pegar naqueles valores, ninguém queria usar aquilo para acrescentar valor. Concluiu dizendo que havia todo um trabalho que tinha que ser feito, que as pessoas tinham que se juntar, para conseguir fazer alguma coisa na Terceira, porque a Terceira tinha um potencial enorme e estava-se a deixar definhar. -----

O **Conselheiro Álamo Meneses** usou da palavra e disse que a sua intervenção tinha que ver com uma questão levantada, ou seja, com os caminhos agrícolas. Acrescentou que alargaria para toda a infraestrutura de apoio à agricultura. Disse que a questão dos caminhos agrícolas, não agrícolas e os caminhos de outra natureza era uma matéria que estava a precisar de urgente atenção, até porque o corrente ano tinha sido um ano, do ponto de vista da pluviosidade, anormal e o resultado era que tinham danos em caminhos que, com os meios existentes, dificilmente conseguiriam em tempo útil dar conta do recado, pelo que isso levava à necessidade de terem uma visão mais estratégica da questão. Acrescentou que a questão da visão estratégica não era uma questão que se devia reduzir apenas aos caminhos, tinha também que ver com o abastimento de água e com a eletricidade, pois estavam a fazer imensas infraestruturas sem olharem para o conjunto, o que resultava em zonas que tinham caminhos que quase se chocavam uns com os outros, uma densidade excessiva de caminhos. Informou que tinham zonas que tinham falta de caminhos, tinham zonas em que os percursos, do ponto de vista hidrológico, eram perfeitamente inadequados. Disse que aquele era um assunto que dizia respeito aos dois municípios e ao Governo Regional e que estava na altura de estabelecerem uma coordenação de caminhos no sentido de ver quais eram aqueles que eram completamente necessários e quais podiam ser abandonados, pois havia muitos que podiam ser abandonados, porque tinha havido uma altura em que tudo o que eram antigos carreiros, tinha sido transformado em caminhos, sem ninguém estar a ver se era preciso ou não. Acrescentou que lhe parecia que, mais importante que estarem a dizer que os caminhos tinham muitos ou poucos buracos, que isso também era importante, mas era mais uma questão meramente conjuntural, porque era uma questão de natureza estrutural e estratégica que tinha que ver com a criação de infraestruturas para a agricultura que precisava ser vista olhando para o território como um todo, ver qual a densidade adequada de caminhos, quais eram aqueles que deviam ser favorecidos e os que não deviam e, também, ver que futuro dar e qual o encaminhamento a dar às redes de abastecimento de água que estavam associadas a esses caminhos e às redes de energia, que também estavam associados, sob pena de irem duplicar e triplicar a infraestrutura necessária, sem terem depois as condições para manter em bom estado toda ela. Referiu que era importante, com os agricultores, que eram os principais

h

utentes daqueles caminhos, fazer-se uma pausa para reflexão e tentar perceber quais eram os caminhos a valorizar, quais os que não e criar, de facto, uma rede de caminhos, um planeamento de caminhos e de infraestruturas, porque associado a cada um desses caminhos ainda estava associada uma rede de abastecimento de água, que permitisse uma outra qualidade à estrutura que tinham. Relativamente à existência de uma segunda, terceira ou muitas fábricas ou de outras formas de transformação, maiores, menores, mais artesanais, mais fabris, era uma questão de grande pertinência, mas havia uma coisa que lhe parecia certa, enquanto mantivessem a atual estrutura de monopólio, pouca facilidade teriam, do ponto de vista de escolherem as alternativas, pelo que era fundamental começar por cobrar aí. Informou que o assunto já havia sido discutido inúmeras vezes, inclusivamente havia surgido uma oportunidade que tinha que ver com disponibilização de terreno e de calor, que era uma das principais restrições que existiam na instalação daquele tipo de indústrias, onde, até à data, ninguém tinha sido capaz de aproveitar, em parte porque a própria lavoura estava profundamente dividida em torno daquele tema, acabando por ser fortemente penalizadora da definição do futuro. Concluiu dizendo que era muito importante que os produtores de leite, entre si, dissessem para onde queriam ir, para que se pudessem tomar decisões adequadas, porque com cada grupo que se falava, havia posições diametralmente opostas e, nalguns casos, impeditivas de qualquer uma das soluções. -----

O Conselheiro Pimentel Dias interveio e disse que tinham ouvido o Conselheiro Arlindo Teles, em representação da Câmara de Comércio, referir que estava a haver um aumento de oferta turística na ilha Terceira, quer ao nível das unidades hotelarias, quer ao nível da restauração e que isso, para a UGT, era muito importante. Acrescentou que também importava referir a mão-de-obra e o trabalho que era efetuado por trabalhadores, que essa vertente não podia ser esquecida, que as coisas tinham que ser diferenciadas, também, por essa perspetiva. De seguida disse que o que perguntava era se ao nível do aumento da oferta turística na ilha Terceira, se se estava a criar trabalho temporário ou trabalho definitivo, qual era a percentagem do trabalho definitivo e temporário que era criado por via do aumento dessa oferta e qual era a qualificação que era dada às pessoas que iam trabalhar nessas áreas hoteleiras de restauração. Acrescentou que uma das dificuldades da Região era a oferta de

serviços que muitas vezes não era a mais adequada, dando o exemplo de restaurantes, ou seja, da forma como muitas vezes o atendimento não era o mais adequado. Concluiu questionando o que se estava a fazer naquele domínio para qualificar os trabalhadores e para que a oferta de trabalho fosse definitiva. -----

O Conselheiro Sieuve de Meneses usou da palavra e disse que, em primeiro lugar, queria lembrar que no último Conselho de Ilha tinha feito uma caracterização relativamente à situação da economia da ilha Terceira, que tinha abrangido a área dos transportes e que era fundamental em relação ao Aeroporto, ao Porto da Praia e até acrescentava em relação a uma questão que naquele dia não tinha sido muito falada, que era a questão dos navios de cruzeiro. Acrescentou que queria lembrar que há alguns anos que já vinha a falar naquela situação, ao ponto que o Governo Regional até prometeu um cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo, pelo que, lembrava isso porque naquela altura já sabia que havia empresas de cruzeiros que tinham encomendas de números significativos de navios e, certamente, não era para andarem vazios. Disse achar que em Ponta Delgada haviam atracado, no último ano, perto de cento e quarenta cruzeiros, que podiam, parte deles, terem vindo à Terceira, pelo que achava que aquela oportunidade tinha sido desperdiçada e que se admirava de não ver, no Plano Especial para a ilha Terceira, aquela situação. Em relação ao problema do leite, disse que era delicada e de difícil abordagem e não lhe parecia que se resolvesse construindo uma fábrica, tinha era que ser resolvido, porque havia uma parte económica muito complicada. Por outro lado, disse que ia ter que entrar no setor dos hortofrutícolas e ter que dizer que todos os constrangimentos que tinham, em relação aos transportes aéreos e marítimos, continuavam se não estavam piores, sendo que cada vez exportavam mais flores, mas com graves constrangimentos, com agravamento de custo de transporte aéreo de trinta e dois por cento, que era uma loucura e uma falta de respeito para com um cliente que, no ano passado, havia exportado quarenta toneladas de flores, fora o que tinha ido de barco. Disse que estavam identificados pormenores que o que era importante produzir, de forma a evitar a importação, eram aquelas frutas que davam consumo em quantidade. Informou que o setor em causa estava disponível e aberto para, se quisessem, fazerem um trabalho, utilizando todo o conhecimento que tinham, adquirido ao longo de muitos anos e de muito trabalho, mas que achava que se tinha que discutir o assunto

com bases concretas, pois tinha falado pela rama, eram aspetos muito importantes porque iam, naquele momento e se apostassem naqueles setores, garantidamente melhorar a fatura da importação. Acrescentou que, sinceramente, o que se passava em relação aos hortícolas era uma verdadeira desorganização da produção em São Miguel e na Terceira e isso fazia com que se tivesse que destruir algumas culturas, por não haver mercado para elas, eram produzidas em tempo impróprio, não havia planificação, faziam mas apenas para quem trabalhava para eles e para as empresas com quem trabalhavam. Referiu que era importante ser feito mais alargadamente, não só na ilha de São Miguel, como também na Terceira, principalmente nessas duas ilhas. Concluiu dizendo deixar uma palavra final, ou seja, o apoio à exportação inter-ilhas, nunca devia ser feito a três ilhas, Terceira, São Miguel e Faial, eram ilhas com capacidade de produção bastante mais elevada, com custos de produção mais baixos do que nas outras ilhas, se eram açorianos, porque era terceirense, mas era açoriano e se pensava no conjunto das ilhas, não queria sufocar os pequenos mercados, os pequenos produtores locais, pelo que achava que nunca deveria haver o referido apoio ao cruzamento de exportação, havia de haver sim para as ilhas consideradas de coesão, para exportarem para as ilhas maiores. -----

O Deputado Luís Rendeiro interveio e disse pensar que, naquele ponto da Ordem de Trabalhos, tinham entrado diretamente naquilo onde podiam, de facto, interferir diretamente, porque as questões que tinham abordado antes exigiam reflexão e pressão, mas não estavam nas mãos do Conselho de Ilha e ali entravam naquilo que eram os domínios e as competências dos órgãos do poder da Região. Relativamente ao principal setor de produção, a agropecuária, nomeadamente do setor leiteiro, disse que até há pouco tempo atrás todos tinham tido a garantia que a Região estava preparada para o impacto do fim das cotas leiteiras, sendo que não estava nem nunca tinha estado. Disse que tinham verificado que havia um investimento inegável em infraestruturas, em redes de caminhos agrícolas, em modernização de regime de exploração, em genética, em pastagens, em eletrificação, ou seja, um conjunto de componentes e que esse investimento e esses milhões não correspondiam a um aumento do rendimento dos empresários agrícolas, que era aquilo que deveria ter acontecido, pelo que se tinha que fazer alguma coisa de diferente e parar para pensar, porque as coisas e os problemas não se resolviam só criando mais linhas de apoio e

h

mais subsídios, havia que começar a perceber que existia um conjunto de lóbis instalados na agricultura regional e que havia gente que tinha coisas para vender e que estava a haver uma subsidiação da agricultura para comprar essas mesmas coisas. Relativamente à questão da indústria e da transformação disse que não lhe passava pela cabeça que, no século vinte e um, uma ilha que tinha uma matéria-prima fantástica, como era o leite, não tivesse nenhum tipo de certificação da mesma. Acrescentou que nenhum produto que saía da ilha Terceira levava um rótulo a dizer que o leite tinha as características A, B, C e D que o podiam, efetivamente, valorizar e, depois, tendo aquelas características o que estavam a produzir eram os piores produtos possíveis do mercado, pelo que estavam a perder dinheiro. Referiu que se numa fase inicial, assumidamente, a vinda do maior operador leiteiro do país para Região e para ilha, lhes tinha resolvido um problema, tinha criado um outro problema, ou seja, o monopólio, pelo que a intervenção que tinha que ser feita, naquele momento, era tentar inverter a situação de domínio, para que a fábrica da ilha não estivesse a ser utilizada pelo maior operador do país, que a estava a utilizar como uma fábrica periférica e de refugio, esquecendo que o produto base era o melhor que tinham, uma vez que não queriam que o leite da fábrica da Terceira concorresse com os leites de outras fábricas do continente, sendo que aquele era o problema que tinham. Disse que a intervenção tinha que ser feita na ilha para que se pudesse melhorar a qualidade da transformação e melhorar a gama de produtos que se tivesse. Acrescentou que havia uma realidade que tinha que ver com a grande distribuição no país e que ia prejudicar, imenso, a agricultura tradicional, ou seja, grandes operadores, como o Pingo Doce, já estavam a investir nas suas próprias cadeias de produção, ou seja, estava planeada uma engorda de mais de cinco mil cabeças de gado para o Pingo Doce e uma vacaria com cerca de vinte mil vacas leiteiras, o que ia esmagar os preços, pelo que o consumidor, que quisesse o produto ao mais baixo custo e se não houvesse a garantia de que uns produtos eram melhores do que outros, ia comprar o mais barato. Referiu que tinham que lidar com aquele tipo de realidade e que juntavam, a tudo isso, os outros produtos agrícolas que não o leite. Disse que tinham que reconhecer o mercado para saber o que produzir e, naquele momento, tinham falta de dados estatísticos, não sabiam o que consumiam, não sabiam o que importavam e não tinham uma base de trabalho e estudo feita para saber o que produzir para substituir

importações, pois mais do que falar em diversificação, tinham que falar em substituir importações para que o dinheiro ficasse na ilha e nos produtores locais. De seguida disse que tudo aquilo ia entroncar com o assunto que tinham discutido antes, que eram os transportes e acessibilidades à ilha, quer no domínio do transporte aéreo quer no domínio do transporte marítimo, fosse ele de cargas ou de passageiros e que o sistema regional de transportes aéreos e marítimos de carga, naquele caso, estava feito para prejudicar a Terceira. Relembrou que Já se havia falado ali na TUR Operação, que ia beneficiar a Terceira, mas que o que viam era que, até à altura, tinha havido uma aposta turística, de compra de turistas, com prejuízo da própria SATA que não tinha beneficiado a Terceira e agora ia-se olhar um bocadinho para ali e para quem partia de uma base muito baixa e o crescimento, numa fase inicial, ia ser acelerado, mas naquele momento estavam com um crescimento de quatro vírgula qualquer coisa por cento, enquanto outras ilhas estavam com trinta e cinquenta por cento. Concluiu dizendo que tinham que ter, de facto, uma promoção turística adequada, a ATA da maneira que estava não servia a Terceira, ainda não tinham identificado nem criado o próprio produto turístico diferenciador, em relação aos outros, e tinham que ter algum cuidado com uma coisa que se estava a formar, ou seja, um eixo muito complicado, porta de entrada São Miguel, encaminhamento de gente para o triângulo e a Terceira estava a ficar de fora, porque nos Açores e setores específicos dos Açores, passava-se a imagem, propositada, que a Terceira não tinha nada para ver, sendo que se havia coisa que a Terceira tinha era uma oferta demasiado diversificada. Disse que a Terceira tinha mais coisas para ver do que os outros todos juntos, era tão diversificado que, se calhar, tinham dificuldade em identificar quais eram os setores chave para explorar, pelo que tinham era que saber valorizar aquela diversidade em vez de se perderem nela. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e solicitou que os conselheiros fossem mais sintéticos e objetivos nas suas intervenções. -----

O Conselheiro António Pedro Inocêncio interveio e disse que ia entrar pela parte do turismo, ou seja, disse que poderia ser mais explorado em termos de agricultura e pesca. Relativamente à agricultura, disse que o leite aparecia nos supermercados mas que o mesmo vinha de algum sítio, pelo que seria fundamental dar formação a agricultores e explorar aquele turismo, ou seja, tirar proveito da própria terra, tal qual como da área do mar, das pescas, sendo assim uma outra via para explorar o turismo.

h

Acrescentou que, para isso, era fundamental haver formação, principalmente em duas línguas. Quanto ao turismo de hotelaria, informou que a CGTP apoiava o investimento que estava a ser feito no setor e disse que era fundamental que a aposta que estava a ser feita também se repercutisse a favor dos trabalhadores, assegurando assim, não só o investimento e o desenvolvimento do turismo, como também a situação social e económica na Região, dando mais poder de compra e dignidade a quem trabalhava. Concluiu dizendo que sabiam que o turismo havia aumentado, mas que constatavam que não se havia aumentado um posto de trabalho que fosse, passando a haver uma maior carga horária para os trabalhadores, pelo que, até à data, eles não tinham tido qualquer proveito naquele sentido.-----

O Deputado António Toste Parreira usou da palavra e disse que compreendia que tivessem que acelerar um bocadinho, mas que pontos daquela natureza, se calhar, teriam que ser marcados de outra forma, para se poder debater os mesmos em condições. Disse que eram pontos superimportantes para estarem a falar tudo a correr, que quando fosse o próximo Conselho de Ilha iam ver os pontos e quais eram os mais importantes para poderem falar todos mais à vontade. Informou que ia tentar ser breve, mas que se calhar ia ter que demorar um pouco. Relativamente à parte do turismo, que se havia falado, disse que a Terceira havia subido na ordem dos cinco por cento e os Açores dezanove, o que era muito bom, mas que tinham que ver uma coisa que, para si, era fundamental e que não tinha sido falada ali, mas que era bastante falada, ou seja, a taxa média. Disse que a taxa média de ocupação andava nos três dias e que se passassem cinquenta por cento, ou seja, com os mesmos turistas e tivesse um aumento na taxa média que passasse mais um ou dois dias, logo ali tinham um ganho muito maior e tinham ainda contra eles a questão dos *low-cost* que não tinham na ilha e que fazia falta. Acrescentou que tinham o contra do Aeroporto e a luta que tinham que ter para ter um Aeroporto Civil, para que fosse mais fácil aquelas companhias voarem para a ilha Terceira, mas para dizer que, no entanto, segundo havia dito o Conselheiro Arlindo Teles e os dados confirmavam isso, o turismo tinha melhorado bastante na ilha Terceira. Relativamente ao que tinha dito os Conselheiros Pimentel Dias e António Inocêncio, ou seja, relativamente aos vencimentos e ao número de trabalhadores, disse que, consultando os dados, entre abril e novembro do corrente ano, os trabalhadores eram mais ou menos os mesmos, só que os custos eram muito

maiores, comparando dois mil e catorze com dois mil e quinze, tinham uma subida de custos com pessoal de trinta e sete por cento. Disse, ainda, que em termos homólogos e comparando a nível regional, naquele momento iam com mil duzentas e vinte dormidas, que o ano maior do turismo nos Açores tinha sido dois mil e sete, com um milhão, duzentas e noventa e uma mil dormias, o que queria dizer que naquele ano, aquele mês de dezembro se fosse um mês relativamente igual ao mês transato, iam estar mais ou menos com os mesmos números de dois mil e quinze com dois mil e sete, pelo que era uma diferença grande, que não se verificava há muito tempo, o que era importante. Relativamente ao maior setor dos Açores, a agricultura, informou que fazia parte de um grupo de trabalho na Assembleia Regional, com a Deputada Graça Silveira e entre tantas outras pessoas e a crise que estavam a viver no leite estava instalada no mundo. Disse que estavam a falar de uma coisa da Terceira, mas tinham que falar de uma coisa que era mundial, a crise no leite era mundial, os preços que se praticava na europa tinham descido muito mais do que nos Açores, ainda bem porque eram superiores aos dos Açores, mas os preços estavam quase iguais. Disse existirem várias coisas, a primeira de todas era a União Europeia, que em parte era a grande responsável pela situação em causa, pois se essa não tinha deixado de abolir as cotas leiteiras, eram os responsáveis. Referiu que daquilo que sabia e se lembrava, tinha sido o país, Portugal e a região que se tinham debatido contra a referida abolição, todos os outros países tinham sido a favor, sendo esse o maior obstáculo. Acrescentou que o segundo obstáculo eram as grandes superfícies. Disse que tinham várias superfícies a nível nacional, mas duas, o Pingo Doce e a Sonae, esmagavam os preços até à última, ou seja, competiam entre si à custa de quem produzia, pelo que era um grande problema. Informou que outro grande problema era que com a crise as pessoas consumiam menos, que havia um estudo que dizia que no ano de dois mil e vinte ia haver mais dois mil milhões de habitantes na Terra, que se ia consumir muito mais e há uns anos atrás o que se previa era que a produção aumentava, mas que também o consumo aumentava e isso não se verificava. Além de que as exportações, para onde faziam, tinham deixado de as fazer, a Europa tinha abolido as cotas, tudo no seu conjunto e aquilo que lhes era transmitido era que, numa primeira abordagem, o impacto não tinha que ver com a referida abolição, naquele momento tinha mais que ver com a crise que existia. Acrescentou que dizer que nada se havia feito na

agricultura, como havia referido o Deputado Luís Rendeiro, era lamentável e referiu algum do trabalho que tinham feito nesse sentido e disse que se o mesmo não tivesse acontecido que não sabia o que seria feito do setor atualmente. Disse, ainda, que lhe podiam dizer que nem tudo tinha sido feito e que nem tudo estava bem feito, que até era capaz de perceber que nem tudo estava feito, mas que muito havia sido feito, não era tudo, mas a culpa não tinha que ver só com o Governo Regional dos Açores, como já havia dito, grande parte estava na Europa. Disse que tinham que produzir aquilo que era realmente preciso, porque quando produziam para além disso tinham que baixar os preços. Acrescentou que com duas grandes superfícies, a nível nacional, a baixar os preços como baixavam, as pessoas o que diziam, quando iam negociar, era que o preço era aquele e que não querendo havia outro que oferecia mais barato, pelo que quando falavam em produtos de qualidade tinham um grande queijo que era o de São Jorge, mas que quando se ia negociar esse passava a ser um queijo banal igual aos outros, o que estava mal, mas que se calhar as pessoas estavam a ser tão apertadas e tão esmagadas que chegavam a um ponto que vendiam um produto de alta qualidade, de valor acrescentado, mas que depois não tinham capacidade de negocia-lo para vender àqueles preços. Depois, disse que havia a situação de países ricos da Europa que vendiam mais barato para Portugal, mas não perdiam dinheiro porque como vendiam a grandes preços nos outros mercados, acabavam por ganhar dinheiro. Informou que o grande mercado de exportação era o nacional, que o restante era pouco, que quando se falava muito bem do valor acrescentado, o problema era vendê-lo, pelo que tinham que perceber que oitenta e cinco por cento da população queria produtos baratos, independentemente de como eram produzidos. Quanto à fábrica, disse que o Governo Regional já havia demonstrado e dito que estava aberto para aquilo que fosse possível e preciso, mas achava que não era este que tinha que decidir se a Terceira tinha que ter uma ou duas fábricas, tinha que ser os industriais, junto com as associações, a definirem o que queriam e a assumir essa responsabilidade, para depois, no futuro, não se dizer que o Governo Regional quis e não conseguiu. Relembrou que a Deputada Graça havia falado nos soros que não eram aproveitados e questionou o porquê desse não aproveitamento. Referiu que não conhecia estudos realizados pela Universidade dos Açores, com todo o respeito que tinha por esta e pelos seus professores, mas que achava que tinha que haver parcerias entre a referida Universidade, os industriais e as

associações de forma a se perceber o que se pretendia. Repetiu que o Governo tinha colocado mecanismos e apoios à disposição das pessoas, mas que eram as referidas entidades que tinham que dizer o que pretendiam. Relativamente ao leite, disse que o que tinham era bom, mas que faltava alguém com capacidade para fazer com ele um bom produto, porque depois, o que estivesse na prateleira do mercado, consoante o preço, a marca e a qualidade, era lógico que o cliente é que ia escolher, pelo que enquanto não dessem esse passo, não iam a lado nenhum. Concluiu dizendo que tinha que haver entendimento, parcerias e todos tinham que estar unanimes nas mesmas coisas. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, interveio e disse que percebia o que o Deputado António dizia, mas de cada vez que inscrevessem um tema estruturante para a ilha não podiam estar três dias a discuti-lo, pelo que, se calhar, o que era preciso era que todos preparassem, minimamente, o que traziam e o contributo que queriam dar e não andarem a repetir metade das coisas que se diziam. Acrescentou que todos já tinham tido reuniões onde se tinha que tomar milhões de decisões em quinze/vinte minutos e essas reuniões faziam-se, pelo que o que era preciso era que as pessoas preparassem e que fossem objetivos nas intervenções e que era isso que pedia.-----

O Conselheiro Sieuve de Meneses interrompeu e disse que era importante fazer um documento sucinto do que se havia dito. Acrescentou que o referido documento ou era feito pela Mesa e apresentado na próxima reunião, ou tinham que destinar meia hora objetivos e fazer sucintamente o mesmo. -----

O Conselheiro José António Azevedo usou da palavra e disse que gostava de congratular os conselheiros e a suas intervenções validas sobre o setor agrícolas. Acrescentou que era interessante ver pessoas diversas a conseguir falar da agricultura e da produção de leite, na grande parte com ideias bastante validas e que realmente identificavam o problema que tinham. Disse que ia tocar em três pontos e que ia começar pelos menos conflituosos. Agricultura e turismo, disse que estavam a andar de mãos dadas e que eles eram os jardineiros da manta de retalhas que era a ilha Terceira. Informou que via algumas empresas a fazer algum trabalho no sentido do turismo rural, nos trilhos, na atividade taurina, todo terreno, passeios pelo interior da ilha, mas sempre algumas entidades que faziam por a sua iniciativa e não organizado

num todo, de todas as empresas ou de grande parte das empresas ligadas ao turismo a fazer um trabalho organizado. Outra questão que disse querer colocar tinha que ver com a questão dos ratos. Disse que era uma praga que trazia grandes prejuízos para todas as atividades, dentro da agricultura, e que era um problema de saúde pública, pelo que pensava que tinha que haver uma coordenação de todas as entidades para combater, mais agressivamente, a praga dos ratos, pois não era o plano, o papel, que ia combater os mesmos, tinha que haver uma atividade, no campo, conjunta e muito mais agressiva. Referiu que estavam a tentar a vender a ilha, mesmo para o turismo, e a criar infraestruturas para as populações e depois tinham uma ameaça de saúde pública o que criava mau estar e, de certa forma, desconforto a quem vinha de visita e a quem vivia na ilha. O outro ponto disse que era a questão da transformação de leite na ilha Terceira, que realmente havia mais que se podia fazer com o leite, com a capa caseína, que provavelmente era retirada do leite em pó que ia para lá desvalorizar, e depois era transformada em variados produtos. Acrescentou que o leite perdido na Região ainda tinha uma melhor capa caseína e ainda era enriquecido por ómega três e tinha que ser explorado devidamente para se tirar mais valor sobre o que realmente tinham de melhor. Disse que quando se começava a falar na questão da transformação, que tinha que ser resolvida pela Associação Agrícola ou pelos seus produtores de leite, que no Conselho de Ilha era difícil chegar-se a um consenso com poucas pessoas, pelo que mais difícil era para todos os produtores de leite. De seguida lançou a pergunta se num passado recente o Governo Regional havia sentado as duas entidades, as associações agrícolas e a Unicol, em conjunto a debater, concretamente, a questão da transformação de leite na ilha Terceira, dizendo que desconhecia. Acrescentou que, realmente o problema do leite estava na ilha Terceira, mas ninguém que tivesse responsabilidade sobre o assunto tinha tido a coragem de sentar todas as partes, não bastava estar a empurrar para um lado e para o outro a questão da transformação, porque isso era o mesmo, o produtor de leite era o mesmo que um assalariado que trabalhasse numa empresa e que estivesse a brigar com o seu próprio patrão. Relembrou o porquê da Proleite ter vindo para os Açores, e disse que tinha sido, única e exclusivamente, com um princípio, anular toda a concorrência que o produto regional fazia no continente português, que já tinha mais de cinquenta por cento do mercado do continente português e a Região Autónoma dos Açores era o seu

grande concorrente. Referiu que a Proleite havia dado a volta à situação com ajuda dos produtores e, essencialmente, com a ajuda do Governo Regional, com o dinheiro de todos os contribuintes açorianos, que tinha conseguido e, atualmente, era uma empresa, uma cooperativa que estava a fazer um excelente trabalho na transformação de leite na Região, sendo que na Unicol, na Terceira, não tinha havido a coragem de fazer o mesmo. Referiu que, tal como o Deputado António tinha dito, o problema do leite era Europeu, mas a Europa ia sair da crise do leite e a ilha Terceira ia continuar, se não se fizesse nada. Disse que estavam a debater a crise que estava instalada na Terceira e que não bastava o Governo Regional dizer que tinha os apoios. Posto isso, informou que da Prorural+ dois mil e catorze, dois mil e vinte, que só tinha aberto a meados de dois mil e quinze, a verba para a agroindústria já estava esgotada e que quem tivesse a preocupação de ir analisar, os grandes investimentos estavam na ilha de São Miguel, setenta por cento do bolo, pelo que o Governo Regional dizer que quem quisesse candidatar uma fábrica tinha os apoios regionais para a sua elaboração, quando a verba do Prorural+ já estava esgotada, não. Informou que o que queriam era ouvir o Governo Regional dizer que se iam juntar todos à mesma mesa, que estavam ali para o que fosse preciso, fosse para compensar os produtores, fosse para fazer frente à Lactogal, ou seja, não eram os produtores da ilha Terceira, nem a Unicol, nem a Associação Agrícola da Ilha Terceira que ia impor, ao barão que era a Lactogal que tinha sessenta por cento, um orçamento anual superior ao Governo Regional. Disse que o Governo Regional, juntamente com eles ainda era capaz de ser pouco para fazer fase e ter uma posição forte perante a Lactogal. Repetiu que não bastava andar a empurrar uma associação para os produtores, que era difícil juntar as pessoas e ter consensos, mas que se não fosse como estava a dizer, ou seja, juntar as quatro divisões, a Unicol, o Governo Regional, Associação e produtores, levavam toda a vida a debater aquela situação e nunca se conseguiria resolver. Concluiu dizendo pensar que, daquele Conselho de Ilha, tinha que sair uma nota que chamasse a atenção para toda aquela situação e que trouxesse ali os responsáveis pelo Governo Regional, nem que fosse um Conselho de Ilha que se marcasse à posteriori, para se debater aquela situação e que, realmente saísse algo com senso e que tivesse uma posição que fosse forte e que fosse conveniente às pretensões de todos.-----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro**, interveio e disse que ia ser feito um memorando sobre a presente reunião e que poderiam trazer à próxima, para efeitos de aprovação, tendo em conta a multiplicidade. -----

O **Conselheiro Sandro Paim** usou da palavra e disse que gostava, apenas, de esclarecer dois aspetos, que tinham sido falados, em relação ao turismo, da criação de emprego. Disse que era preciso refletir em relação a isso, que era preciso refletir que as empresas, do setor do turismo, estavam, desde dois mil e nove, a perder muito dinheiro, que havia algum crescimento e que na Terceira não significava ganhos, ou seja, o ponto crítico deveria ser atingido, perante os números que tinham, perante as TUR Operações que iam aparecer, no final de próximo ano, ou seja, significava não perder dinheiro. Acrescentou que achava um pouco precipitado, da parte das representações sindicais, querer que se criasse mais emprego que, efetivamente, não era possível. Disse que os empresários tinham era que sair de uma situação de falência preminente que estavam a passar. Referiu que, de qualquer forma, havia um aumento de procura, feito, acima de tudo, por três operações que iam acontecer, que trazia grandes desafios e que era muito importante, mas que havia um conjunto de propostas que eles, como Câmara do Comércio, gostariam de colocar ao Conselho de Ilha e, acima de tudo, gostariam que o referido Conselho colocasse nas devidas entidades, pelo que sugeriam que se reunissem, se calhar um grupo mais restrito, com as entidades que estavam a voar para a Terceira, de forma a se perceber se ia haver aumento de disponibilidade na época alta. Por outro lado, disse achar que, como proposta, gostariam de convidar um grupo mais restrito, ou não, responsáveis da TAP e da SATA para esclarecer o assunto em causa e aquilo que o Conselheiro Sieuve de Meneses havia referido acerca do transporte de mercadorias. Relativamente ao alojamento local, disse que gostaria de ouvir os Srs. Deputados porque achava que estes haviam dado parecer sobre o assunto. Acrescentou que os sistemas de incentivos tinham retirado o alojamento local, quase por completo, que estes tinham aspetos muito importantes, quer para a requalificação das casas nos centros, quer para a requalificação de muitas casas de turismo rural e alojamento local nas freguesias. Disse saber que o motivo da retirada do sistema de incentivos tinha sido o facto de haver pessoas que recorriam a esses sistemas de incentivos para casa própria, que percebia isso, mas que aquele tipo de alojamento era muito importante e que, a nível nacional,

4

estava a crescer e que, provavelmente no futuro ia crescer mais. Posto isso, disse achar que era importante o Conselho de Ilha reunir com Ricardo Medeiros, com alguém responsável por essa área, de forma a se tentar perceber se haveria formas de alterar aquele processo. Relativamente à qualificação dos recursos humanos, disse que essa era essencial, que era importante perceber quando é que o Fundo Social Europeu, de uma vez por todas, permitia que candidatassem os avisos e conseguissem dar formação. Disse perceber que aquele não era um problema regional, que era nacional, mas que já se haviam passado dois anos de um Quadro Comunitário que acabava em dois mil e vinte e continuavam sem ter acesso aos referidos fundos, o que estava a prejudicar a qualificação dos recursos e a qualificação da oferta. Referiu que tinham que preparar e organizar uma oferta da melhor forma, os empresários tinham essa obrigação, mas as instituições e as entidades também a tinham. Relativamente à cabotagem insular na Região Autónoma dos Açores, disse que o que estava a acontecer era que a solicitação de serviços aos armadores de contentores tinha reduzido bastante, à volta de vinte e cinco por cento, o que tinha significado também que os armadores tiveram que se adaptar à nova realidade e reduziram em trinta e cinco por cento o seu espaço. Acrescentou que a Região estava muito pior do que em dois mil e nove e que havia que pensar o modelo de operação que se queria para a Região, o modelo de governação que queriam, naquela área, para a Região e o modelo de supervisão que queriam. Disse, ainda, que o que estava a acontecer era que as entidades que exportavam mais, estavam a criar armazéns no continente de forma a poderem ter um nível de serviço de entrega dos seus produtos condigno, pelo que isso era retirar valor acrescentado à Região. Posto isso, disse que se calhar poderiam chamar alguém para a área em causa e discutir a mesma, porque já havia reunido com os armadores, mas estes não tinham muito interesse e achava que deveria haver uma clara separação entre a cabotagem de exterior e aquilo que era a cabotagem interna na Região. -----

O **conselheiro João Tavares** usou da palavra e disse que parte da intervenção que ia fazer o Deputado António Toste já havia falado, ou seja, a questão do mercado do leite, das grandes superfícies a esmagarem os preços e não ser a competitividade que desejavam e queriam. Acrescentou que havia um setor que também estava em crise e que não tinha sido falado, ou seja, a carne. Disse que cada vez havia menos

operadores da carne o que levava a que a ilha, sobretudo, ficasse sujeita a um só comerciante da mesma e que colocava um preço que deixava muito a desejar e a rentabilidade das explorações cada vez diminuía. Relativamente à competitividade do leite, disse que concordava com o Deputado António Toste, que o problema era da Europa, das cotas e o preço do leite estava a ser esmagado e, sobretudo de há uns anos para cá o problema que se vinha a sentir na Terceira tinha que ver com a Lactogal ter aberto o mercado e ter entrado no mercado ibérico e aí ter outras fontes de buscar leite e conjugar o mercado e o interesse dos Açores para suportar a falha do leite nacional que já havia ficado para segundo plano, colocando outros problemas na comercialização do mesmo. Relativamente ao preço do leite praticado atualmente, disse que queriam sempre um bom preço do leite e que daí gerisse a parte económica e toda a rentabilidade das explorações. De seguida apresentou alguns valores, a nível da Europa, nacional e na Terceira do que se estava a pagar pelo leite, e disse que as diferenças eram mínimas, mas que queria que se percebesse o que era o mercado do leite, a competitividade e produzir na Terceira, embora houvesse forma de rentabilizar produto, mas tinham que pensar em inovar a fábrica, investimentos, colocar no mercado, ou seja, havia um processo que se tinha que pensar, mas que tinham que agir naquele momento, com aquilo que tinham e pensar no futuro. Disse que outro assunto que havia sido falado, que podia dar a informação embora já não fizesse parte da direção da Unicol, o negócio continuava e estava de pé, ou seja, havia uma alternativa de um mercado internacional, pensando noutros produto, noutras coisas que estava em negociação. Informou que tinha sido um grande esforço da Unicol, tal como o Deputado António Toste tinha dito, que estavam a competir com uma grande empresa, com peso económico superior ao Governo Regional e estavam a tentar dar a volta à situação, pelo que esperavam que o negócio se concretizasse. -----

-----E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu, a todos, a excelente colaboração e disse que, a partir da presente ata, seria feito um memorando de conclusões que seria o primeiro ponto da próxima reunião, para aprovação. De seguida deu por encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira. -----

O Presidente da Mesa

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro', written in a cursive style. The signature is positioned above a horizontal line.

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro